

	<p>SUBSEÇÃO DIEESE- CONDSEF/FENADSEF</p> <p>Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco K – Salas 308/314. Edifício Seguradoras. Asa Sul – Brasília/DF CEP: 70.093-900 E-mail: sucondsef@dieese.org.br Telefone / Fax (0xx61) 3031-4211</p>	
---	--	---

Relatório 16¹:

Relatório de acompanhamento da PEC 32

14 de maio de 2021

¹ Este relatório foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites da PEC 32.

1 – Modificações em relação ao relatório anterior (relatório 15)

O relatório de hoje traz as seguintes informações adicionais em relação ao relatório anterior:

- No “item 2 – Informações sobre a PEC 32” – Já que foram relatadas 5 (cinco) novas informações, dentre elas, o debate sobre a PEC 32 previsto para hoje (14/5) e o adiamento para segunda-feira da análise do parecer sobre a Reforma Administrativa.
- No “item 4 – tramitação detalhada” – tramitações do dia 13/5.
- No “item 6 – Enquete da PEC 32), pois são apresentados os dados atualizados (até 13 de maio) da enquete relativa à PEC 32.
- No “item 8 – Agenda do dia de hoje, pois são apresentadas as atividades agendadas atualizadas (13 de maio).

2 – Informações sobre a PEC 32

Informação 01 – **CCJ debate reforma administrativa com especialistas e lideranças sindicais**

13/05/2021 - 19:05

A CCJ vem realizando uma série de debates sobre a reforma administrativa

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados (CCJ) realiza audiência pública nesta sexta-feira (14) para debater a admissibilidade da Proposta de Emendas à Constituição (PEC) [32/20](#), do Poder Executivo, que altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A PEC dá início a ampla reforma administrativa com efeitos no futuro.

A audiência será a partir das 9 horas, no plenário 1.

Foram convidados para o debate:

- o presidente da Federação das Entidades Sindicais dos Oficiais de Justiça do Brasil, João Batista Fernandes de Sousa;
- a diretora jurídica da Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais do Brasil, Rejane Soldani Sobreiro;
- o coordenador-geral do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e MPU no DF, José Rodrigues Costa Neto;
- o doutor em Direito Administrativo e mestre em Direito e Políticas Públicas e ex-procurador de estado, Guilherme Carvalho;
- o procurador do município do Recife e presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais, Gustavo Machado Tavares; e

- o presidente da Associação da Federação dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil, Edvaldo dos Santos Lima Júnior.

Da Redação - RS

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/759300-ccj-debate-reforma-administrativa-com>)

Informação 02 – CCJ adia para segunda-feira a análise do parecer sobre a reforma administrativa

13/05/2021 - 09:35

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados cancelou a reunião que faria nesta quinta-feira (13) para analisar a reforma administrativa ([PEC 32/20](#)). Durante a reunião, o relator da proposta, deputado [Darci de Matos \(PSD-SC\)](#), apresentaria parecer pela admissibilidade, com emendas supressivas saneadoras e começaria a fase de discussão do texto.

A comissão volta a se reunir na segunda-feira (17), às 9 horas, no plenário 1, para analisar o parecer de Matos.

A CCJ não avalia o mérito da proposta, e sim aspectos técnicos (admissibilidade), como, por exemplo, se o texto está de acordo com a Constituição Federal. Depois de passar pelo colegiado, a reforma ainda precisará ser analisada por uma comissão especial e, em dois turnos, pelo Plenário.

Antes de marcar a análise da proposta a comissão promoveu diversas audiências sobre o tema.

- [Saiba mais sobre a tramitação de propostas de emenda à Constituição](#)

A reforma

A reforma administrativa foi enviada pelo governo ao Congresso e altera regras no serviço público federal. A proposta restringe a estabilidade no serviço público e cria cinco tipos de vínculos com o Estado. As mudanças valerão para os novos servidores.

O texto estabelece que leis complementares tratarão de temas como política de remuneração, ocupação de cargos de liderança e assessoramento, progressão e promoção funcionais e definição das chamadas “carreiras típicas de Estado”.

- [Conheça detalhes da proposta](#)

Da Redação - Edição – Pierre Triboli

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/758643-ccj-adia-para-segunda-feira-a-analise-do-parecer>)

Informação 03 – **CCJ adia leitura do parecer da reforma administrativa**

Sessão ficou para 2ª feira

Parecer é a favor da reforma

Oposição promete obstrução

[MARINA BARBOSA](#) - 13.mai.2021 (quinta-feira) - 11h34

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados adiou a leitura do parecer da reforma administrativa. A matéria estava pautada para esta 5ª feira (13.mai.2021), mas a sessão do colegiado foi adiada para 2ª feira (17.mai).

Presidente da CCJ, a deputada [Bia Kicis](#) (PSL-DF) falou de “problemas técnicos” ao cancelar a sessão. Ela afirmou que os deputados não conseguiram se inscrever para o debate, por conta de uma falha na lista de inscrição. Além disso, congressistas contrários à reforma reclamaram da inclusão da matéria na pauta. Ainda há uma audiência pública sobre o assunto prevista para a 6ª feira (17.mai.2021).

O adiamento da sessão da CCJ representa mais um impasse no caminho da reforma administrativa. A matéria é uma das prioridades do ministro da Economia, Paulo Guedes. Porém, só foi [enviada](#) para o Congresso Nacional em setembro do ano passado, porque o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) decidiu aliviar a reforma proposta por Guedes para não atingir os servidores públicos na ativa.

Depois de apresentada, a reforma ficou parada no Congresso por alguns meses. O debate só começou nas últimas semanas e ainda deve se estender. Na avaliação de deputados favoráveis à reforma, é possível ler o parecer na 2ª feira e votá-lo na mesma semana na CCJ. A oposição, contudo, prepara instrumentos de obstrução para atrasar a votação.

Depois que a CCJ analisar a admissibilidade da reforma administrativa, a matéria ainda precisa passar por uma comissão especial antes de ir ao plenário da Câmara. Presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL) gostaria de encerrar esse processo até julho, mas o calendário é considerado ambicioso.

PARECER

Relator da reforma administrativa na CCJ, o deputado [Darci de Matos](#) (PSD-SC) apresentou um parecer pela admissibilidade da proposta apresentada pelo governo. Ele, no entanto, retirou do texto o artigo que dava ao presidente da República o poder de extinguir órgãos da administração pública por decreto. Eis a [íntegra](#).

REFORMA

A proposta de reforma administrativa do governo acaba com a estabilidade do funcionalismo público. O texto propõe que os novos servidores passem por avaliações periódicas de desempenho. Segundo o ministro Paulo Guedes, o funcionário público terá que conquistar a manutenção no cargo e aumentos salariais, como um [“prêmio ao bom desempenho”](#). O texto não atinge os atuais servidores públicos.

Fonte: <https://www.poder360.com.br/congresso/ccj-adia-leitura-do-parecer-da-reforma-administrativa/>

Informação 04 – **Relator votou pela admissibilidade da Proposta de Emenda**

O relator votou pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, **com as duas emendas saneadoras abaixo:**

EMENDA SUPRESSIVA Nº 01

Suprima-se a expressão "a realização de qualquer outra atividade remunerada, inclusive", do inciso XVI, do art. 37, constante no art. 1º da PEC nº 32, de 2020

EMENDA SUPRESSIVA Nº 02

Suprima-se a alínea “d”, do inciso VI, do art. 84, constante no art. 1º da PEC nº 32, de 2020.

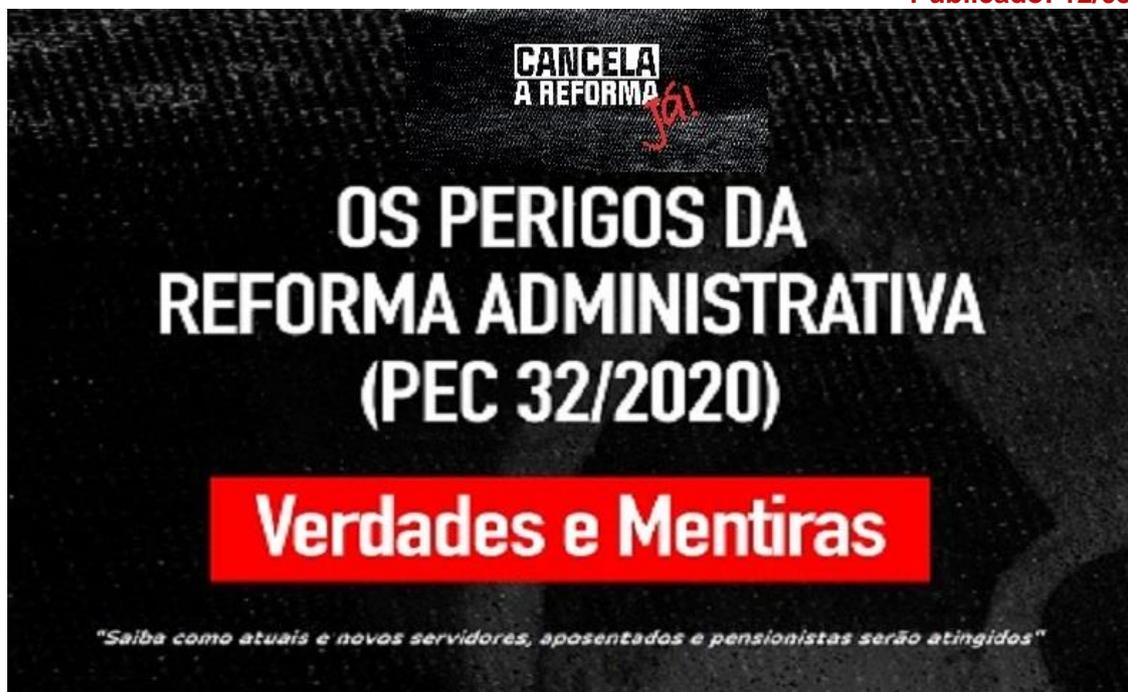
Segue abaixo o link do relatório completo:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2009387

Informação 05 – **Cartilha detalha verdades e mentiras contidas na reforma Administrativa**

O material detalha como os atuais e novos servidores, aposentados e pensionistas serão atingidos pela mudança nos direitos desses trabalhadores, e como ela vai afetar diretamente os serviços prestados aos cidadãos

Publicado: 12/05/2021



Condsef/Fenadsef

Quais as verdades e mentiras contidas na Reforma Administrativa (PEC/32) que a equipe econômica do governo Jair Bolsonaro não quer que a sociedade saiba? Pensando em responder sobre como a reforma vai afetar negativamente a vida de todos, a campanha "Cancela a Reforma" disponibilizou uma cartilha que detalha os retrocessos que a PEC 32/20 trará caso seja aprovada no Congresso Nacional.

Intitulada “*Os perigos da Reforma Administrativa (PEC 32/20): verdades e mentiras*”, o material detalha como os atuais e novos servidores, aposentados e pensionistas serão atingidos pela mudança nos direitos desses trabalhadores, e como ela vai afetar diretamente os serviços prestados aos cidadãos.

O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, explica que um dos principais pontos a serem esclarecidos é que, diferente do que é veiculado na mídia, o governo mente ao afirmar que “a reforma é necessária para fazer o Brasil voltar a crescer e que ela vai corrigir injustiças”.

A cartilha mostra que a principal verdade que deve ser posta a todos é que “a proposta representa a desorganização do serviço público, tirando do Estado atribuições fundamentais no atendimento à população e abrindo espaço a privatizações de áreas essenciais, entrega da saúde e da educação para Organizações Sociais, fim dos concursos públicos para grande parte dos cargos, apadrinhamento no preenchimento das vagas e quebra da estabilidade facilitando a perseguição política e a pressão das chefias para cumprimento de ordens indevidas ou ilegais”.

Subsidiariedade: setor privado manda

Outro ponto crucial é que ela vai afetar até mesmo a saúde e a educação das crianças, uma vez que serviços públicos como Saúde e Educação deixarão de ser obrigação do Estado e direito da população. “A PEC 32/2020, de Bolsonaro e Guedes, introduz entre os princípios da administração direta e indireta descritos no Art. 37 da Constituição Federal o da subsidiariedade. Ou seja, o Estado passa a ser complementar ao que o setor privado não pode ou não quer atender”, explica a cartilha.

Servidores públicos dos estados e municípios devem se juntar a luta contra a aprovação da reforma, uma vez que ela “se aplica a todo o serviço público do país: à “administração pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 37 da PEC 32/2020)”.

Todos os servidores serão atingidos. O Brasil possui cerca de 10,7 milhões de servidores públicos civis ativos e sua maior parte é constituída de servidores municipais, quase 6 milhões (62,4%), seguida de 3 milhões de servidores estaduais (30,8%), de acordo com dados do IBGE de 2016.

A proposta vai afetar todos os brasileiros, e não apenas os servidores públicos, como o governo defende.

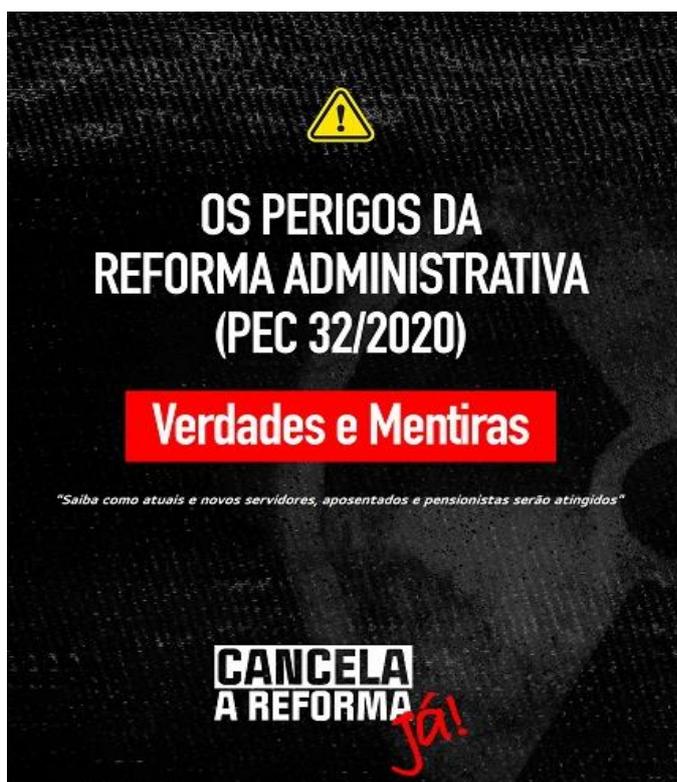
Quais os impactos na Magistratura e Militares?

Enquanto o ministro da Economia Paulo Guedes persegue os trabalhadores que atuam na ponta do serviço público, como professores e enfermeiros, ele poupa os profissionais da magistratura. Ou seja, juizes, procuradores e promotores, cujas “vantagens” são mais recorrentes,

maiores e servem para assegurar pagamentos acima do teto do funcionalismo não estão contidos na reforma.

Guedes também deixou os militares de fora da reforma. Enquanto determina várias vedações e perdas de direitos para o pessoal civil, a reforma amplia, por exemplo, a possibilidade de acumulação de cargos civis por militares (já incluídos policiais militares e bombeiros militares), notadamente no magistério. Esse não é o primeiro agrado feito pelo governo Bolsonaro aos militares. Eles também foram poupados na reforma da Previdência.

Acesse e leia a cartilha completa:



**ACESSE NOSSA
CARTILHA**

*Fique por dentro dos
perigos da reforma
Administrativa
PEC 32/20*

*A Reforma Administrativa
faz mal ao Brasil*

*Nos siga nas redes:
@cancelaareforma*

>>Os perigos da reforma Administrativa: verdades e mentiras

Fonte: <https://www.condsef.org.br/noticias/cartilha-detalha-verdades-mentiras-contidas-reforma-administrativa>

3 – Situação atual que se encontra

SITUAÇÃO

Aguardando votação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)



REGIME DE TRAMITAÇÃO

Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD)
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

QUEM VIU ESTA PROPOSTA VIU TAMBÉM

- MSC-463/2017
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.
- PDC-936/2018
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.

DISCURSOS EM PLENÁRIO

- 04/05/2021
Dardi De Matos (PSD-SC)
- 29/04/2021
Erika Kokay (PT-DF)
- 29/04/2021
Ricardo Barros (PP-PR)
- 29/04/2021
Professor Israel Batista (PV-DF)

Segue abaixo o link do relatório completo:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2009387

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

4 – Tramitação detalhada

13/05/2021

Andamento:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

- Apresentação do Requerimento n. 112/2021, pelo Deputado Léo Moraes (PODE/RO), que "Requeiro, nos termos do Art. 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, que sejam tomadas as providências para a realização de Audiência Pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. "
- [Inteiro teor](#)

11/05/2021

Andamento:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

- Reunião Extraordinária de Audiência Pública convocada para discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, que altera disposições sobre servidores, empregados

públicos e organização administrativa, com a presença do o Excelentíssimo Ministro de Estado da Economia, SR. PAULO GUEDES, em virtude de aprovação dos seguintes Requerimentos: Requerimento nº 24/2021 (Dep. Rui Falcão), Requerimento nº 26/2021 (Dep. Darci de Matos) e Requerimento nº 38/2021 (Dep. Gilson Marques).

- Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Darci de Matos (PSD/SC). **Inteiro teor**
 - Parecer do Relator, Dep. Darci de Matos (PSD-SC), pela admissibilidade, com emendas supressivas saneadoras. **Inteiro teor**
- Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

5 – Enquete da PEC 32

Proposta de Emenda à Constituição
PEC 32/2020 OPINE

Texto original | Siga esta proposta

EMENTA ?
Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

ENTENDA A PROPOSTA
A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, do Poder Executivo, altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A ideia é (...) Saiba mais

AUTOR
Poder Executivo

SITUAÇÃO
Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de

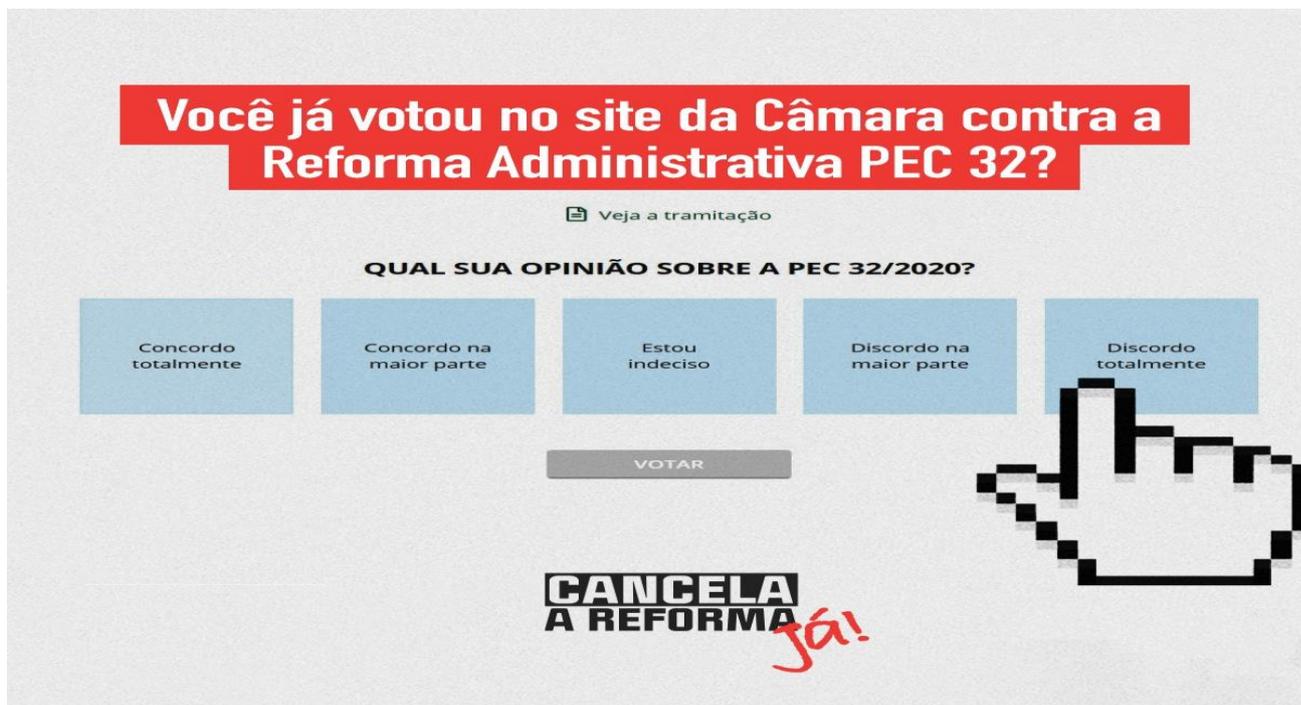
Esta é a versão amigável da ficha de tramitação. O que você achou?
PREFIRO ESTA VERSÃO
Versão anterior desta ficha

SUA OPINIÃO SOBRE ESTA PROPOSTA
 Vote na enquete

QUEM VIU ESTA PROPOSTA VIU TAMBÉM

VOTE NA ENQUETE – COMO ACESSAR:

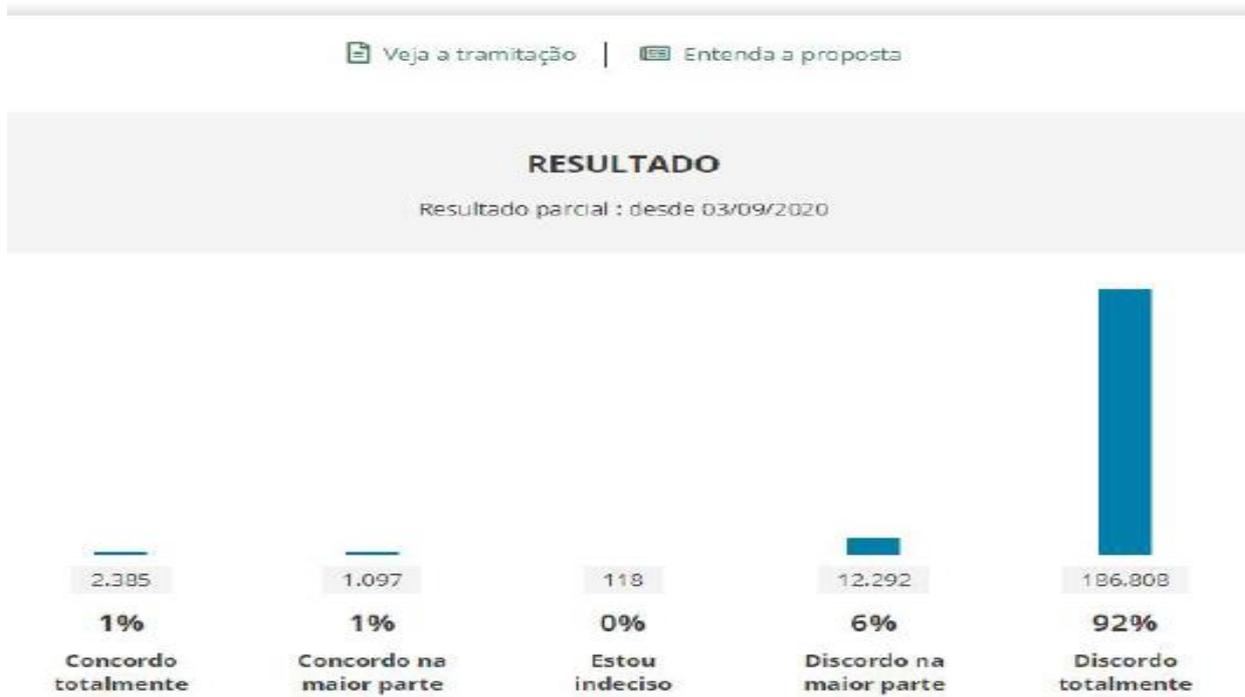
<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>



6 – Enquete da PEC 32 (Resultado atualizado)

Dia da consulta à enquete: 13 de maio

ENQUETE DA PEC 32/2020



FONTE: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083/resultado>

7 – Acesso às reuniões ocorridas na CCJ

REUNIÕES ANTERIORES

É possível consultar vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

ACESSE: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc>

AGENDA

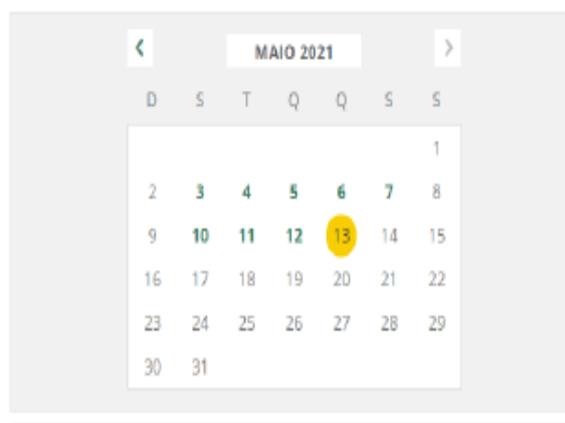
HOJE quinta-feira, 13 de maio

09h00	Discussão e Votação de Propostas Reunião Deliberativa Anexo II, Plenário 01	convocada
-------	--	-----------

Agenda completa –

REUNIÕES ANTERIORES

Consulte vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.



8 – Agenda do dia de hoje

Tema:

Audiência Pública para debater a admissibilidade da PEC32/2020

Local:

Anexo II, Plenário 01

Início:

14/05/2021 às 09h00

Situação:

Convocada